

PSICOLOGIA ESCOLAR EM MOVIMENTO: EXPERIÊNCIAS DO GRUPO ITINERANTE NO CONTEXTO EDUCACIONAL

**SCHOOL PSYCHOLOGY IN MOTION: EXPERIENCES OF THE ITINERANT
GROUP IN THE EDUCATIONAL CONTEXT**

Ciências Humanas • 02/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/788116119](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/788116119)

Mayara Petrúcia Ferreira Monteiro¹

Fabiola Colombani²

RESUMO

Este estudo apresenta a experiência do Projeto Itinerante em Psicologia Escolar de uma Universidade do interior do estado de São Paulo, desenvolvido por estagiários do último ano de Psicologia. Criado em resposta às demandas de escolas públicas e privadas, em consonância com a Lei nº 13.935/2019, o projeto busca analisar sua contribuição para a reflexão crítica no ambiente escolar e para a consolidação da Psicologia Escolar. A metodologia é qualitativa e descritiva, envolvendo análise de demandas, elaboração de projetos e intervenções em formatos diversos, como palestras e encontros. Os resultados apontam questões recorrentes ligadas à saúde mental, bullying, conflitos, orientação profissional e violência de gênero. As ações favoreceram espaços de escuta e reflexão, valorizando a dignidade humana e princípios democráticos, além de desenvolver competências profissionais dos estagiários. Apesar de limitações como tempo reduzido e alta demanda, o projeto reafirma sua relevância como prática formativa e como estratégia de aproximação entre universidade e escola.

Palavras-chave: Psicologia Escolar; Educação Básica; Estágio Supervisionado; Grupo Itinerante.

ABSTRACT

This study presents the experience of the Itinerant School Psychology Project at a university in the interior of the state of São Paulo. Created to meet the demands of public and private schools, in line with Law No. 13.935/2019, the project aims to analyze its contribution to critical reflection in schools and to the consolidation of School Psychology. The methodology is qualitative and descriptive, involving demand analysis, project design, and interventions such as lectures and meetings. Results highlight recurrent issues related to mental health, bullying, conflicts, career

guidance, and gender-based violence. The actions promoted listening spaces, human dignity, and democratic principles, while fostering professional skills in interns. Despite limitations such as reduced time and high demand, the project reaffirms its relevance as a formative practice and as a strategy to strengthen ties between university and schools.

Keywords: School Psychology; Basic Education; Supervised Internship; Itinerant Group.

1. INTRODUÇÃO

A Psicologia Escolar, ramo da Psicologia, refere-se à atuação da Psicologia no ambiente escolar, um espaço paradoxal, coletivo, formador de subjetividades e assegurador de direitos fundamentais, mas também atravessado por conflitos, contradições e processos históricos de exclusão e manutenção de desigualdades. Patto (1984/2022), ao discutir a Educação, evidencia que o processo educativo esteve atrelado aos projetos políticos e às necessidades econômicas de cada período histórico, constituindo-se assim como ferramenta disciplinadora e de formação para o capitalismo. Nesse ínterim, a Psicologia surge não como instrumento crítico de transformação, mas como prática articulada à legitimação de políticas segregacionistas e à manutenção de um modelo tradicional e excludente.

Entretanto, se a Psicologia tem como princípio ético a emancipação do indivíduo, a promoção da cidadania e o enfrentamento de todas as formas de injustiça, segregação e desigualdade, por que sua inserção no campo educacional esteve tão estritamente associada à classificação e culpabilização dos sujeitos? Tal questionamento surge não como simples crítica à atuação histórica da área, mas

evidência da não neutralidade da ciência psicológica e de como ela é marcada por uma série de encontros e desencontros ao longo de sua constituição. Desse modo, a Psicologia Escolar contemporânea é chamada a romper com modelo individualizante e patologizante, voltando-se para “o fortalecimento de uma gestão educacional democrática” e para “contribuir para manter em exercício redes de atenção à vida, redes que foquem as potencialidades dos indivíduos” (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

No contexto atual, em que a educação é continuamente atravessada por diferentes esferas sociais e por raízes históricas permeadas por relações verticais e assimétricas, demandas como Saúde Mental, *bullying*, conflitos interpessoais, sofrimento psíquico e dificuldades no processo de aprendizagem evidenciam práticas psicológicas coletivas. À vista disso, o Itinerante, projeto de extensão realizado no último ano de Psicologia, mostra-se como ação alinhada, primeiro aos direitos fundamentais, ao Código de Ética Profissional do Psicólogo que rege a Psicologia e à necessidade de transformação de uma estrutura historicamente hierarquizada e desalinhada à concepção de um sujeito biopsicossocial.

O projeto em questão trabalha diretamente com as demandas trazidas pela gestão escolar de escolas particulares, públicas e municipais, buscando sobretudo, atuar de forma ativa e coletiva, seja no combate à violência e às formas de exclusão, seja no compartilhamento dos saberes da ciência psicológica, na promoção da dignidade humana e no desenvolvimento de ações preventivas. As práticas em território, buscam atravessar os limites da escola, colocando-se em relações mais horizontais com os alunos e com a equipe escolar, além de promover o debate e a reflexão crítica acerca da realidade e dos paradigmas existentes. É importante frisar,

no entanto, que embora o modelo clínico esteja presente na formação e na prática do Psicólogo, no contexto escolar, seu papel transcende a atuação individual, e não deve transpor tais práticas para um ambiente plural e coletivo.

Tendo em vista o que foi apresentado, formula-se a seguinte questão norteadora: de que maneira o projeto Itinerante pode contribuir para a promoção da reflexão crítica no ambiente escolar, para a mudança do paradigma educacional e para a efetivação da Psicologia Escolar, em consonância com a Lei nº 13.935?

Considerando esse cenário, o presente artigo tem por objetivo geral analisar de que maneira o Projeto Itinerante contribui para a promoção da reflexão crítica no ambiente escolar, para a transformação do paradigma educacional e para a efetivação da Psicologia Escolar, em consonância com a Lei nº 13.935. Como objetivos específicos, busca-se identificar as demandas apresentadas pelas escolas; descrever, quantificar e qualificar as intervenções realizadas; promover o debate crítico entre alunos e equipe escolar; refletir a promoção da saúde, a prevenção e o fortalecimentos das relações interpessoais; e, por fim, relacionar a prática desenvolvida com os pressupostos da Psicologia Escolar, bem como ampliar as concepções acerca da atuação da Psicologia nesse contexto.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O Cenário Educacional Brasileiro: Desigualdades e Tensões Contemporâneas

A condição de país continental do Brasil implica dificuldades na tentativa de universalizar suas principais características e condições.

Apesar dos indicadores que simbolizam significativas transformações sociais, políticas e econômicas nas últimas décadas — como a escolaridade de crianças e jovens, a renda familiar e os índices de emprego — nem sempre serem apontados como o que se denomina 'progresso', o país acumula vestígios das repercussões da industrialização do século passado, notadamente o crescimento econômico atrelado à desigualdade social. Tal caracterização de desenvolvimento permanece presente na atualidade, manifestando-se de forma acentuada em uma realidade progressivamente violenta e desigual, especialmente quando se observa a dicotomia entre o ensino privado e o público (Albuquerque, 1995; Guzzo et al., 2010; Januzzi, 2005).

A escola contemporânea situa-se no cerne do sistema capitalista, sofrendo constantes transformações e entrando em crise diante das tensões sociais marcadas pela instantaneidade, fluidez e consumo. Esse cenário é fundamental para a análise do campo de atuação da Psicologia brasileira, visto que a prática escolar — seja em instituições formais ou espaços educativos não formais — reflete e perpetua desigualdades, tanto em sua estrutura quanto em sua dinâmica (Guzzo et al., 2010).

Torna-se imprescindível ao psicólogo escolar contemporâneo compreender a escola como um mecanismo de reprodução do sistema capitalista. O processo educativo está longe de configurar um ambiente de neutralidade, sendo atravessado por projetos políticos que visam, primordialmente, à formação para o mercado de trabalho, muitas vezes em detrimento da subjetividade dos alunos (Patto, 2022). Fernandes (1975) corrobora essa perspectiva ao evidenciar que a desigualdade no Brasil não é um fenômeno acidental, mas estrutural, sendo a escola um dos espaços onde o

'capital cultural' (Bourdieu; Passeron, 2014) opera, segregando o acesso ao conhecimento elaborado para os estratos sociais dominantes e relegando às camadas populares uma formação aligeirada, voltada à execução de tarefas rudimentares.

2.2. A Psicologia Escolar: Do Modelo Individualizante à Prática Ético-Política

Diante do cenário de desigualdades estruturais, a Psicologia Escolar contemporânea é convocada a reafirmar sua dimensão ético-política, atuando não como um agente de ajuste do indivíduo ao sistema, mas como defensor da educação como direito humano fundamental. A superação do modelo tradicional — historicamente pautado no atendimento clínico individualizado e na avaliação diagnóstica — exige que o profissional adote uma perspectiva multidisciplinar e crítica. Como apontam Guzzo et al. (2010), a prática do psicólogo na escola deve transcender o consultório, propondo ações coletivas que articulem professores, famílias e a comunidade, fortalecendo a instituição como um espaço genuinamente democrático.

Nesse horizonte, a atuação profissional deve abarcar desde a promoção de práticas inclusivas até a construção de estratégias transversais de enfrentamento à evasão escolar, à violência e às desigualdades de gênero, raça e classe. A urgência dessa postura é acentuada pela fragilidade das políticas públicas que, embora tenham avançado, ainda falham em garantir a presença efetiva e perene da Psicologia na educação básica. Essa lacuna demanda dos profissionais um alto grau de compromisso ético para transformar a realidade escolar, orientando-a em direção à equidade e à justiça social.

Na realidade prática, esse compromisso manifesta-se através da formação continuada de educadores, focada na compreensão das dificuldades de aprendizagem sob uma ótica sociocultural, e não como déficits biológicos individuais. A esse respeito, Dornelas, Otaciano e Batista (2025) destacam que o combate à cultura da medicalização é central para que a escola deixe de patologizar o comportamento dos estudantes — muitas vezes fruto de vulnerabilidades socioeconômicas — e passe a acolher a complexidade de suas vivências. Segundo os autores, a medicalização da vida escolar atua como uma barreira que invisibiliza os problemas estruturais, reduzindo a subjetividade do aluno a um código de diagnóstico.

Portanto, a mediação de conflitos e a promoção de uma convivência democrática não são apenas "atividades complementares", mas sim o cerne do trabalho psicológico. Ao fortalecer os vínculos entre estudantes, famílias e o corpo docente, o psicólogo atua como um catalisador de práticas inclusivas, especialmente para grupos historicamente marginalizados e estudantes com deficiência. É fundamental compreender que as possibilidades de atuação nesse cenário são inesgotáveis, pois acompanham a complexidade dos atravessamentos sociais, econômicos e emocionais do contexto educacional. Superar o olhar clínico individualizado não é uma escolha, mas uma necessidade política para consolidar a Psicologia Escolar como uma estratégia coletiva de enfrentamento às desigualdades e promotora de uma educação pública de qualidade (Santini; Portela, 2024).

2.3. O Marco Legal da Psicologia na Educação: Avanços e Desafios da Lei 13.935/2019

A sanção da Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que torna obrigatória a presença de profissionais de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica, representa um divisor de águas na história da Psicologia Escolar brasileira. Mais do que um dispositivo técnico, este marco legal consolida a luta histórica da categoria pela afirmação da Psicologia como um direito social e um instrumento essencial para a garantia da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes. Ao instituir a obrigatoriedade desses profissionais, a legislação reconhece que a escola não pode prescindir de um olhar qualificado para as subjetividades que compõem o cotidiano educativo, rompendo com uma tradição que, por vezes, relegou a atuação psicológica a um papel periférico, voluntário ou meramente clínico-corretivo.

Contudo, a materialização desse direito constitucional enfrenta severos entraves que evidenciam o hiato entre o texto legal e a realidade das redes de ensino. Dados recentes do INEP (Brasil, 2025) indicam que, mesmo após anos da promulgação da lei, apenas 15% das escolas públicas do país contam com suporte psicológico institucionalizado. Esse cenário revela que os desafios superam a esfera da gestão técnica, encontrando eco em barreiras estruturais como a restrição orçamentária e uma persistente resistência cultural. Muitas instituições ainda operam sob a lógica de que a contratação de profissionais da Psicologia resultaria em uma “psicologização” das relações, negligenciando a importância de um trabalho integrado que vise à promoção de saúde e à mediação democrática de conflitos.

Nesse contexto, a escassez de profissionais sobrecarrega não apenas os poucos psicólogos presentes no sistema, mas também gestores e educadores que, desprovidos de suporte específico, acabam por

enfrentar isoladamente demandas complexas de ordem emocional e social. Enquanto a lei aguarda sua plena efetivação em âmbito nacional, a ausência de suporte institucionalizado amplia as vulnerabilidades do público escolar. Portanto, o cumprimento da Lei nº 13.935/2019 não deve ser encarado como uma tarefa meramente administrativa, mas como um imperativo de equidade social, sendo indispensável que a comunidade escolar e os gestores públicos superem o argumento da inviabilidade financeira em prol de um projeto educacional verdadeiramente comprometido com a dignidade humana.

2.4. O Estágio Supervisionado Como Estratégia de Aproximação Universidade-Escola

A consolidação de uma atuação crítica em Psicologia Escolar esbarra, inevitavelmente, na lacuna histórica entre a produção teórica acadêmica e a realidade vivenciada no cotidiano das instituições de ensino. Nesse cenário, o estágio supervisionado se insere não apenas como uma exigência curricular obrigatória, mas como um dispositivo fundamental de formação profissional e intervenção social. Conforme apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia (Brasil, 2004), a vivência prática orientada permite que o estudante rompa com o isolamento dos muros universitários, vivenciando de forma ativa os desafios, as contradições e as potencialidades da educação básica. Sob a tutela de docentes e profissionais experientes, o estagiário é convocado a transitar da teoria à práxis, antecipando demandas institucionais e desenvolvendo projetos de intervenção, oficinas e ações coletivas contextualizadas.

Além de sua incontestável contribuição para o desenvolvimento de uma postura crítica e ética nos futuros psicólogos, o estágio supervisionado cumpre uma importante função de apoio às instituições educacionais. Diante da escassez de profissionais efetivos na rede pública — cenário agravado pelas barreiras estruturais da Lei nº 13.935/2019 —, a presença dos estagiários atua como uma via temporária e complementar de suporte. Os estudantes auxiliam as escolas em frentes cruciais, como a mediação de conflitos, a promoção da saúde mental, o apoio à inclusão educacional e a qualificação das relações interpessoais (Guzzo et al., 2010). Configura-se dessa forma uma relação de ganho mútuo: enquanto a universidade oxigena sua formação na realidade social, a escola recebe um respiro qualificado para lidar com as complexas demandas emocionais e coletivas que atravessam o ambiente escolar.

2.5. O Projeto Itinerante: Prática de Estágio em Psicologia Escolar

É a partir dessa necessária articulação entre teoria, compromisso social e extensão universitária que surge o Projeto Itinerante, uma iniciativa vinculada ao Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar do curso de Psicologia de uma Universidade do interior do estado de São Paulo, idealizado pela professora que também é autora deste artigo. O projeto congrega estudantes do 5º ano da graduação que, sob supervisão docente contínua, assumem a responsabilidade de escutar, mapear e intervir diante de demandas reais advindas de diferentes instituições de ensino básico — públicas e privadas.

A premissa fundamental do Projeto Itinerante reside na descentralização da prática e na escuta sensível do território escolar. O caráter “itinerante” expressa-se no deslocamento físico e

acadêmico dos estagiários até o chão das escolas, superando a postura passiva de aguardar que a comunidade escolar venha até a universidade. Ao adentrarem o cotidiano das instituições, os futuros psicólogos desenvolvem planejamentos e propostas de intervenção customizadas, rigorosamente pautadas nos referenciais teóricos da Psicologia Escolar Crítica. Tais ações adaptam-se à singularidade de cada público-alvo, podendo estruturar-se em abordagens pontuais — como oficinas reflexivas e rodas de conversa de encontro único — ou em intervenções continuadas, com desdobramentos ao longo do ano letivo.

Nesse sentido, o Projeto Itinerante consolida-se através de uma dupla função de relevante impacto educacional e social:

- No Âmbito da Formação Acadêmica: Propicia aos futuros psicólogos uma formação imersiva, prática e ética, aproximando-os das urgências e contradições da educação contemporânea. Os estagiários desenvolvem competências para atuar em temas como mediação de conflitos, promoção de saúde mental, inclusão educacional, enfrentamento a preconceitos e fortalecimento da gestão democrática.
- No Âmbito do Impacto Social: Oferece às instituições de ensino um suporte técnico qualificado e sensível às suas demandas, amenizando temporariamente os prejuízos causados pela escassez de profissionais da área na rede pública.

Ao estreitar as pontes entre a universidade e a comunidade escolar, a iniciativa amplia o alcance das ações comunitárias e consolida a Psicologia não como uma prática individualizante, mas como um

instrumento coletivo e colaborativo a serviço da construção de ambientes educacionais mais inclusivos e igualitários.

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, estruturado na modalidade de relato de experiência de caráter interventivo. O estudo fundamenta-se nos pressupostos da Psicologia Escolar Crítica, que compreende a intervenção não como um ato neutro ou de ajustamento individual, mas como uma práxis transformadora voltada para a análise e o enfrentamento das contradições institucionais e sociais (Guzzo et al., 2010). O objetivo metodológico é descrever, sistematizar e analisar o processo de desenvolvimento e aplicação do "Projeto Itinerante", vinculado ao estágio supervisionado do curso de Psicologia.

3.1. Contexto de Atuação e Participantes

As ações descritas e analisadas neste estudo foram desenvolvidas ao longo do ano letivo em instituições de ensino da rede pública e privada localizadas em um município do interior do estado de São Paulo e região. O público-alvo das intervenções constituiu-se de forma heterogênea, abrangendo estudantes de diferentes ciclos da educação básica, bem como professores, educadores e membros da equipe gestora das escolas parceiras. A escolha dos locais e dos públicos decorreu de demandas específicas encaminhadas pelas próprias instituições ou mapeadas pelo grupo de estagiários sob a supervisão docente, evidenciando as urgências cotidianas do contexto educacional contemporâneo.

3.2. Procedimentos e Etapas de Intervenção

O desenvolvimento das atividades do Projeto Itinerante estruturou-se em quatro etapas metodológicas sequenciais e articuladas:

1. **Mapeamento e Escuta da Demanda:** Consiste no primeiro contato com a instituição de ensino, momento em que os estagiários, acompanhados pela supervisão docente, realizam reuniões com a gestão escolar e professores para compreender a realidade institucional, identificando as principais vulnerabilidades, conflitos ou necessidades formativas (tais como dificuldades de relacionamento, evasão, violência, inclusão ou demandas de orientação profissional).
2. **Planejamento Fundamentado:** A partir da demanda diagnosticada, o grupo de estagiários elabora o projeto de intervenção. Esta etapa envolve a pesquisa bibliográfica e teórica para fundamentar a escolha das técnicas, garantindo que as ações fujam de abordagens patologizantes ou individualizantes e priorizem a perspectiva coletiva e preventiva.
3. **Execução das Ações Itinerantes:** Corresponde à ida a campo propriamente dita. As intervenções ocorrem no "chão da escola" e assumem formatos variados conforme a necessidade do público: desde abordagens pontuais (como oficinas reflexivas, rodas de conversa e palestras dialogadas de encontro único) até processos de intervenção continuada com encontros periódicos ao longo de semanas.
4. **Avaliação e Devolutiva:** Após a aplicação das atividades, realiza-se uma avaliação interna entre os estagiários e a supervisão docente para mensurar o impacto das ações, além

de uma devolutiva formal ou informal à instituição escolar, consolidando o ciclo de parceria entre a universidade e a comunidade.

3.3. Considerações Éticas e Metodológicas

Todas as etapas de desenvolvimento do Projeto Itinerante foram orientadas por princípios éticos próprios da atuação profissional da Psicologia e pelos referenciais que regulamentam a realização de atividades de estágios com seres humanos no campo das Ciências Humanas e Sociais. Nesse sentido, a condução das atividades buscou assegurar o respeito à dignidade, à liberdade, à integridade e aos direitos dos participantes, com toda cautela para que não houvesse de forma alguma práticas de exposição, estigmatização, culpabilização ou individualização de questões que, conforme os pressupostos da Psicologia Escolar Crítica, devem ser compreendidas em sua relação com as dimensões institucionais, sociais, históricas e culturais do processo educativo. Essa perspectiva está em consonância com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, que estabelece, entre seus princípios fundamentais, o respeito à liberdade, à dignidade, à igualdade e à integridade humana, bem como a responsabilidade social e a consideração crítica das relações de poder presentes nos contextos de atuação profissional (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

A atuação no contexto escolar também foi orientada pelas Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica, que compreendem a educação como direito humano fundamental e defendem uma prática psicológica comprometida com a diversidade, com a democratização da educação e com o enfrentamento de processos de exclusão e desigualdade. Nessa

perspectiva, a intervenção psicológica não deve restringir-se à identificação ou ao tratamento de dificuldades individuais, mas considerar a complexidade das relações que constituem o cotidiano escolar e favorecer espaços coletivos de reflexão, participação e construção de alternativas diante das demandas educacionais (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

No âmbito institucional, a realização das ações ocorreu mediante anuência prévia das instituições de ensino, estabelecendo-se diálogo com as equipes gestoras para o conhecimento das demandas, definição dos objetivos e organização das intervenções. Esse procedimento foi fundamental para que as ações não fossem realizadas de maneira descontextualizada ou previamente determinada pelos estagiários, mas construídas a partir das características e necessidades identificadas em cada instituição. Tal princípio é coerente com a própria organização metodológica do Projeto Itinerante, que parte do mapeamento e da escuta da demanda para, posteriormente, elaborar e executar propostas de intervenção fundamentadas teoricamente.

As situações vivenciadas durante as intervenções foram compreendidas como elementos do contexto educacional e não como características individuais isoladas dos participantes. Essa postura é especialmente relevante em intervenções que abordam temas sensíveis, como saúde mental, violência, bullying, conflitos interpessoais e violência de gênero, demandas que estiveram entre aquelas identificadas pelo Projeto Itinerante.

Do ponto de vista metodológico, destaca-se ainda que a relação estabelecida com os participantes foi compreendida como processual, dialógica e não hierárquica, considerando que as

intervenções em Ciências Humanas e Sociais envolvem sujeitos que produzem sentidos sobre suas próprias experiências.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir da experiência do Projeto Itinerante demonstraram que as demandas encaminhadas pelas instituições educacionais, particulares, públicas e municipais, estavam em sua maioria concentradas em questões relacionadas à saúde mental, bullying, e manejo de relações interpessoais. Além disso, foram observadas solicitações referentes ao processo de Orientação Profissional e temas relevantes como Violência de gênero e Misoginia.

Frente às demandas apresentadas, foram realizadas intervenções específicas e direcionadas, com amplas variações no formato, como encontros breves e focais, palestras e processos mais longos. Tal organização, alinhada à espaços de debate e promoção da reflexão e pensamento crítico, possibilitou uma atuação mais flexível e direcionada, orientada, em primeiro momento, pelas características próprias do projeto, bem como, pela aplicação da psicologia para além de contextos previamente estabelecidos, regidos por normas e regras.

Entre as intervenções realizadas, destaca-se uma ação recente voltada para o combate à violência de gênero e misoginia, realizada com estudantes do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, alcançando aproximadamente 150 alunos. A intervenção foi estruturada em encontros breves e focais, nos quais, inicialmente realizou-se uma exposição teórica sobre a temática e posteriormente dinâmica e debate, favorecendo a reflexão crítica sobre práticas, discursos e

relações naturalizadas. No decorrer da proposta, foi possível identificar concepções prévias que puderam ser confrontadas e ressignificadas por meio do debate e situações reais. Concomitantemente, evidenciou-se movimentos de embate e resistência, tanto por parte dos alunos quanto de responsáveis, aspecto o qual revela a complexidade da temática, do ambiente escolar, dos reflexos da sociedade e das relações interpessoais.

No desenvolvimento das atividades, observou que os espaços de escuta e reflexão se configuram como promotores de subjetividade, da valorização do indivíduo e de princípios democráticos, tais como respeito às individualidades, a dignidade da pessoa humana e direito à fala. Ademais, evidenciaram a carência desses espaços fundamentais, os quais se encontram constantemente atravessados por esferas macro e micro – sociais, econômicas, políticas e culturais –, bem como por dinâmicas próprias do universo particular e familiar.

Os elementos discutidos anteriormente permitirem compreender que as demandas próprias do campo da Psicologia Escolar não se restringem ao plano individual; ao contrário, constitui-se na interface entre o sujeito e as múltiplas esferas de sua vida, evidenciando as contradições institucionais e sociais que atravessam o contexto educacional. Nesse sentido, o Projeto Itinerante, revela-se relevante para a comunidade, para os participantes e para os profissionais envolvidos, bem como para a consolidação desta Psicologia enquanto campo de atuação, na medida que se configura como promotor de práticas coletivas, preventivas e contextualizadas, distanciando-se de uma lógica exclusivamente clínica, patologizante e individualizante. Desse modo, o presente projeto orienta-se pelo compromisso com os princípios fundamentais da área, ao favorecer

a reflexão crítica e contribuir para a saúde, a garantia dos direitos humanos e a transformação do espaço escolar, compreendido em sua complexidade histórica, social, cultural e relacional.

Destaca-se de igual modo, as contribuições significativas para a formação dos estagiários, ao possibilitar o aprimoramento de habilidades como a escuta qualificada, a condução de grupos, o planejamento de intervenções, a postura ética e empática, o conhecimento acerca da dinâmica escolar e a articulação entre teoria e prática. A escuta aliada a uma postura ética e empática, características da Psicologia, expande-se para além da associação restrita ao contexto clínico, evidenciando o potencial das diversas formas de atuação como instrumentos de transformação.

Ainda que os resultados positivos contribuam de forma significativa, outras experiências evidenciaram aspectos da realidade contemporânea da escola, tais como baixo engajamento, despreparo e sobrecarga das equipes, desrespeito às autoridades, perda do sentido atribuído à escola e à aprendizagem – meramente reduzidas ao cumprimento de uma obrigação –, bem como a ocorrência de conflitos e tensões entre os alunos. Tais elementos configuram-se, no entanto, como dados relevantes e potentes para a reflexão, uma vez que é também nos desencontros, nos conflitos e na realidade concreta que a psicologia Escolar se constitui e se fortalece, contribuindo para a formação dos sujeitos

Por fim, embora o projeto revele contribuições relevantes no âmbito da Psicologia Escolar, é necessário reconhecer os limites metodológicos e institucionais. Entre eles, o tempo reduzido para acompanhamento das instituições, a descontinuidade das intervenções, número de estagiários reduzido frente à demanda, ao

número de instituições existentes no território municipal e às solicitações, fatores que diminuem o alcance e profundidade das ações. Ademais, os resultados aqui apresentados referem-se a um recorte situacional delimitado por condições metodológicas, institucionais e territoriais específicas, não se propondo a representar, em sentido amplo, a atuação da Psicologia Escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Projeto Itinerante em Psicologia Escolar evidencia a potência do estágio supervisionado como espaço formativo e como estratégia de aproximação entre universidade e escola. Ao longo das ações realizadas, foi possível observar que a Psicologia Escolar, quando aplicada em caráter coletivo e preventivo, contribui de forma significativa para a promoção da saúde mental, para o enfrentamento de conflitos interpessoais e para o fortalecimento das relações democráticas no ambiente educacional.

O projeto não apenas atendeu às demandas emergentes das instituições — como bullying, violência de gênero, ansiedade e orientação profissional —, mas também criou espaços de escuta e reflexão que valorizam a subjetividade e a dignidade humana. Essa prática reafirma o compromisso ético da Psicologia com a transformação social e com a construção de uma escola inclusiva e crítica, capaz de enfrentar desigualdades históricas e promover cidadania.

Do ponto de vista formativo, os estagiários tiveram a oportunidade de desenvolver competências essenciais à atuação profissional, como escuta qualificada, manejo de grupos, planejamento de intervenções e postura ética. Essa vivência prática fortalece a

articulação entre teoria e realidade, preparando futuros psicólogos para lidar com a complexidade das demandas escolares e sociais.

Entretanto, é necessário reconhecer os limites enfrentados: tempo reduzido de acompanhamento, alta demanda das instituições e número restrito de estagiários. Tais desafios apontam para a necessidade de políticas públicas mais efetivas que garantam a presença contínua de psicólogos na educação básica, conforme previsto pela Lei nº 13.935/2019. Ainda assim, o Projeto Itinerante se consolida como uma alternativa relevante e inovadora, capaz de ampliar o alcance da Psicologia Escolar e de fortalecer o trabalho em rede entre universidade, escola e comunidade.

Em síntese, o projeto reafirma sua importância como prática formativa e socialmente comprometida, que contribui para a efetivação da Psicologia na educação e para a construção de uma escola mais democrática, inclusiva e humanizada. Sua continuidade e aprimoramento representam não apenas um avanço direto para a formação acadêmica dos futuros profissionais, mas também um investimento premente na transformação do paradigma educacional brasileiro, demonstrando que a extensão universitária é um instrumento vital de intervenção na realidade social e de defesa intransigente dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, R. C. Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza. Estudos Avançados, São Paulo, v. 9, p. 75-116, 1995.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação.** Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Brasília: MEC/CNE, 2004.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).** Censo da Educação Básica 2025: resumo técnico. Brasília: INEP, 2025.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 2019.

BRASIL. **Ministério da Educação;** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório sobre matrícula na educação básica. Brasília, 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de** psicólogas(os) na educação básica. 2. ed. Brasília: CFP, 2019

DORNELAS, G. V.; OTACIANO, F. de C. O.; BATISTA, R. L. L. **Medicalização na Revista Psicologia Escolar e Educacional: perspectivas teóricas e papéis da Psicologia (2011-2020).** Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 29, 2025. DOI: 10.1590/21753539-2025-271944.

GUZZO, R. S. L.; MEZZALIRA, A. S. C.; MOREIRA, A. P. G.; TIZZEI, R. P.; SILVA NETO, W. M. de F. **Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 26, n. spe, p. 131-141, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500012>. (doi.org in Bing).

JANUZZI, P. M. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil.** Revista do Serviço Público, Brasília, v. 56, p. 137-160, 2005.

PATTO, Maria Helena Souza. **Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar.** São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022. DOI: 10.11606/9786587596341. Disponível em: Portal de Livros Abertos da USP. Acesso em: 12 abr. 2026.

SANTINI, J.; PORTELA, V. **O Psicólogo Escolar como agente de medicalização no pós-pandemia: crítica e reversão.** Instituto de Psicologia da USP, São Paulo, 2024.

¹ Discente do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade de Marília. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Assis). Doutora e Pós-doutora em Educação pela Unesp de Marília. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).